

Circular nº 161/2025

Brasília (DF), 10 de abril de 2025.

Às seções sindicais, às secretarias regionais e às(aos) Diretoras(es) do ANDES-SN

Assunto: Envia relatório da reunião do Setor das IFES, em Brasília (DF).

Companheiras(os),

Encaminhamos, para conhecimento, o relatório da reunião do Setor das IFES, realizada nos dias 21 e 22 de fevereiro, na Sede do ANDES-SN, em Brasília (DF).

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

**Prof. Alexandre Galvão Carvalho
2º Secretário**

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO SETOR DAS IFES
21 e 22 de fevereiro de 2025

Presentes no dia 21/02/2025

Manhã

Coordenação: Fernando Lacerda Júnior (2º Tesoureiro), Helton Saragor de Souza (2º VPR Regional São Paulo), Josevaldo Pessoa da Cunha (2º VPR Regional Nordeste II).

Diretoria do ANDES-SN: Jennifer Susan Webb (1ª Tesoureira).

Seções Sindicais: Camila Aparecida de Campos (ADCAC), José Alcimar de Oliveira (ADUA), Raimundo Nonato Pereira da Silva (ADUA), Mariana Moreira Neto (ADUC), André Vasconcelos Ferreira (ADUFC), Marinalva Vilar de Lima (ADUFCG), Nicole L. M. T. de Pontes (ADUFERPE), Claudio de Souza Rocha (ADUFERSA), Maria Cecília Sousa de Castro (ADUFF), Raul Nunes de Oliveira (ADUFF), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Marcio Wagner Batista dos Santos (ADUFPA), Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA), Diego da Silva Vargas (ADUNIRIO), Beatriz Wey (ADUR-RJ), Jean Filipe Domingos Ramos (APESJF), Mônica Ribeiro Pirozi (ASPUV), Everton Lazzaretti Picolotto (SEDUFSM), Vânia Beatriz Rey Paz (SESDUFSM), Valdelaine Mendes (ADUFPEL), Alberto Handfas (ADUNIFESP), Edson Franco de Moraes (ADUFPB), Raimundo Wanderley C. Padilha (SINDUNIFESSPA).

Tarde

Coordenação: Fernando Lacerda Júnior (2º Tesoureiro), Helton Saragor de Souza (2º VPR Regional São Paulo), Josevaldo Pessoa da Cunha (2º VPR Regional Nordeste II).

Diretoria do ANDES-SN: Jennifer Susan Webb (1ª Tesoureira).

Seções Sindicais: Camila Aparecida de Campos (ADCAC), Marta Máximo Pereira (ADCEFET-RJ), José Alcimar de Oliveira (ADUA), Raimundo Nonato Pereira da Silva (ADUA), Mariana Moreira Neto (ADUC), André Vasconcelos Ferreira (ADUFC), Marinalva Vilar de Lima (ADUFCG), Nicole L. M. T. de Pontes (ADUFERPE), Claudio de Souza Rocha (ADUFERSA), Maria Cecília Sousa de Castro (ADUFF), Raul Nunes de Oliveira (ADUFF), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Marcio Wagner Batista dos Santos (ADUFPA), Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA), Mayra Goulart (ADUFRJ-SSIND), Maria Luiza Pinto Pereira (ADUNB), Diego da Silva Vargas (ADUNIRIO), Elisa Guaraná de Castro (ADUR-RJ), Beatriz Wey (ADUR-RJ), Jean Filipe Domingos Ramos (APESJF), Mônica Ribeiro Pirozi (ASPUV), Everton Lazzaretti Picolotto (SEDUFSM), Vânia Beatriz Rey Paz (SESDUFSM), Luiz Augusto Mazzarolo (SESDUFT), Valdelaine Mendes (ADUFPEL), Edson Franco de Moraes (ADUFPB), Alberto Handfas (ADUNIFESP), Cristiano Bonneau (ADUFPB), Joana Ferreira do Amaral (ADUFOP), Raimundo Wanderley C. Padilha (SINDUNIFESSPA).

Presentes no dia 22/02/2025

Manhã

Coordenação: Fernando Lacerda Júnior (2º Tesoureiro), Helton Saragor de Souza (2º VPR Regional São Paulo), Josevaldo Pessoa da Cunha (2º VPR Regional Nordeste II).

Diretoria do ANDES-SN: Jennifer Susan Webb (1ª Tesoureira).

Seções Sindicais: Camila Aparecida de Campos (ADCAC), Marta Máximo Pereira (ADCEFET-RJ), José Alcimar de Oliveira (ADUA), Raimundo Nonato Pereira da Silva (ADUA), Mariana Moreira Neto (ADUC), André Vasconcelos Ferreira (ADUFC), Marinalva Vilar de Lima (ADUFCG), Nicole L. M. T. de Pontes (ADUFERPE), Claudio de Souza Rocha (ADUFERSA), Maria Cecília Sousa de Castro (ADUFF), Raul Nunes de Oliveira (ADUFF), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Marcio Wagner Batista dos Santos (ADUFPA), Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA), Maria Luiza Pinto Pereira (ADUNB), Diego da Silva Vargas (ADUNIRIO), Elisa Guaraná de Castro (ADUR-RJ), Beatriz Wey (ADUR-RJ), Jean Filipe Domingos Ramos (APESJF), Mônica Ribeiro Pirozi (ASPUV), Everton Lazzaretti Picolotto (SEDUFSM), Vânia Beatriz Rey Paz (SESDUFSM), Valdelaine Mendes (ADUFPEL), Edson Franco de Moraes (ADUFPB), Alberto Handfas (ADUNIFESP), Maria Caramez Carlotto (ADUFABC), Jailton de Sousa Lira (ADUFAL), Joana Ferreira do Amaral (ADUFOP), Raimundo Wanderley C. Padilha (SINDUNIFESSPA).

Tarde

Coordenação: Fernando Lacerda Júnior (2º Tesoureiro), Helton Saragor de Souza (2º VPR Regional São Paulo), Josevaldo Pessoa da Cunha (2º VPR Regional Nordeste II).

Diretoria do ANDES-SN: Jennifer Susan Webb (1ª Tesoureira).

Seções Sindicais: Camila Aparecida de Campos (ADCAC), Marta Máximo Pereira (ADCEFET-RJ), José Alcimar de Oliveira (ADUA), Raimundo Nonato Pereira da Silva (ADUA), Mariana Moreira Neto (ADUC), André Vasconcelos Ferreira (ADUFC), Marinalva Vilar de Lima (ADUFCG), Claudio de Souza Rocha (ADUFERSA), Maria Cecília Sousa de Castro (ADUFF), Raul Nunes de Oliveira (ADUFF), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Marcio Wagner Batista dos Santos (ADUFPA), Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA), Maria Luiza Pinto Pereira (ADUNB), Diego da Silva Vargas (ADUNIRIO), Elisa Guaraná de Castro (ADUR-RJ), Beatriz Wey (ADUR-RJ), Jean Filipe Domingos Ramos (APESJF), Mônica Ribeiro Pirozi (ASPUV), Everton Lazzaretti Picolotto (SEDUFSM), Vânia Beatriz Rey Paz (SESDUFSM), Valdelaine Mendes (ADUFPEL), Edson Franco de Moraes (ADUFPB), Maria Caramez Carlotto (ADUFABC), Jailton de Sousa Lira (ADUFAL), Raimundo Wanderley C. Padilha (SINDUNIFESSPA).

PAUTA (conforme circular nº 34/2025):

1. Debate sobre a luta contra o Novo Arcabouço Fiscal
2. Informes

3. Conjuntura
4. Cumprimento do Acordo de Greve (LOA, Reajuste, GTs e outros pontos do acordo)
5. Encaminhamentos

1. Debate sobre a luta contra o Novo Arcabouço Fiscal

O painel foi aberto com uma exposição, realizada por David Deccache, mestre em economia pela UFF, doutor em economia pela UnB, diretor do Instituto de Finanças Funcionais para o Desenvolvimento e Assessor Técnico para a Câmara de Deputadas e Deputados do Brasil. A discussão abordou os principais impactos do Novo Arcabouço Fiscal para o Brasil, em especial para as políticas de saúde e educação.

As intervenções no debate abordaram os desafios da luta contra o Novo Arcabouço Fiscal para o ANDES-SN.

2. Informes

Informes da diretoria

- Informe sobre as próximas atividades do sindicato já divulgadas em circular:
 - 13-15/03 – II Seminário Multicampia e Fronteira;
 - 21-22/03 – Reunião do Setor das IEES/IMES/IDES;
 - 22-23/03 – Reunião do GTO;
 - 28-29/03 – Reunião do GT Verbas e Fundações;
 - 29-30/03 – Reunião do GTPFS;
 - 04-06/04 – VIII Seminário Estado e Educação;
 - 06/04 – Reunião do GTPE;
 - 06/04 – Reunião do GTPAUA;
 - 24-27/04 – IV Seminário Integrado do GTPCEGDS.

- *Informes das seções sindicais*

Ver anexo A.

3. Conjuntura

A síntese do debate de conjuntura tratou, de modo panorâmico, dos seguintes temas por parte dos presentes:

Primeiramente, é impossível tratar do tema da conjuntura nacional sem abordar a conjuntura internacional. A dinâmica global atual da presença de forças neofascistas e da extrema direita é uma expressão considerável. A mudança qualitativa do imperialismo com o governo Trump, apesar de o governo Biden não ter apresentado inclinações progressistas, como no exemplo da situação da Palestina, demonstra uma diferença qualitativa na perseguição aos imigrantes, nas movimentações militares e na ruptura do Acordo Climático de Paris; no fim do repasse dos recursos dos EUA à OMS (40% do montante); e no fim do financiamento de ajudas humanitárias à USAID. Sobretudo, observa-se uma disposição política de intervir sobre outras realidades nacionais, apontando para uma ofensiva imperialista, da qual o anti-imperialismo será uma política mais necessária em nossas pautas de intervenção.

Na realidade brasileira, aspectos de colapso ambiental expressam-se em eventos climáticos extremos, sendo as ondas de calor uma manifestação dessa dinâmica global. Do mesmo modo, consideramos o peso social da extrema direita que, longe de ser exclusiva de figuras institucionais, manifesta-se nas milícias urbanas e rurais, na polícia e em diversas formas de violência. Não é irrelevante o cenário de convocações públicas para o impeachment de Lula, inclusive com frases de Elon Musk. Embora o papel das redes sociais não seja o fator exclusivo da conjuntura, é nítido que a disputa de opinião que as redes sociais mediam cumpre um papel importante e favoreceu a extrema direita, amplificando seu peso social.

Todavia, o processo de indiciamento de Bolsonaro e de mais 33 colaboradores pela denúncia da PGR, e anteriormente a prisão de Braga Neto, são aspectos relevantes. A Operação Punhal Verde e Amarelo, que previa assassinatos de figuras da política institucional e do STF, como o presidente, o vice-presidente e ministros do STF, expressa uma tentativa de golpe muito bem detalhada. Durante o ano de 2025, a pauta do "Sem Anistia para Golpistas" e pela prisão de Bolsonaro e seus colaboradores estará no centro da política e de um jogo de forças no qual as(os) trabalhadoras(es) e os movimentos sociais devem ser protagonistas.

Em relação ao governo, não é possível interpretar a queda de popularidade, com 41% de reprovação, como uma crise de comunicação, como alguns articulistas e o próprio governo colocam. O emprego, a renda e a massa salarial aumentaram, inclusive o consumo (não no mesmo patamar dos governos Lula 1 e 2), por causa do endividamento

e do preço dos alimentos. Contudo, esses aspectos não se refletem em uma melhora substantiva nas condições de vida dos segmentos da classe trabalhadora, dada a persistente onda de inflação sobre os alimentos desde a pandemia, com picos nos últimos meses. Do mesmo modo, a austeridade fiscal, com a política de alta da taxa de juros e o impacto sobre os serviços públicos, faz com que a melhora de determinados índices econômicos não altere o fato de que a vida segue “apertada” para a maioria da população. Os dados da economia não refletem uma melhora substantiva considerável na qualidade de vida, como o governo tem colocado (“a vida melhorou muito e o problema é de comunicação”); trata-se de uma leitura parcial e equivocada, pois a inflação dos alimentos corrói tais melhorias e o acesso aos serviços públicos continua sob o garrote da austeridade.

Nas pesquisas de opinião, o setor dos evangélicos e aqueles que se enquadram na posição conservadora têm um nível de rejeição maior em relação ao governo. Não ignoramos a desinformação e a propagação de *fake news*. Assim como a expressão do conservadorismo na sociedade brasileira, existem também demandas populares sobre direitos sociais e melhorias de vida nas quais o governo não atuou. O governo tem adotado uma posição pública anti-servidor e anti-funcionalismo; as frases de Rui Costa não têm sido pouca coisa. No âmbito da educação, combina iniciativas com o mercado e com a financiarização. Na dimensão ambiental, aponta para a perspectiva de exploração do petróleo na Foz do Amazonas. Do ponto de vista da relação com o legislativo, o governo não tem apontado iniciativas de defesa de medidas populares de enfrentamento ao Centrão, à Faria Lima ou à extrema-direita.

A luta contra a extrema-direita e o bolsonarismo é fundamental, o que não implica uma posição acrítica ao governo. Diferenciamos a posição que coloca a luta contra a extrema-direita no mesmo patamar da crítica em relação ao governo. A autonomia e a independência em relação ao governo não se confundem com uma posição de sectarismo que subestima o peso da extrema-direita, o peso da tentativa frustrada de golpe, da militarização, do peso social do neofascismo, ou de se associar o cenário internacional do trumpismo e do neofascismo com a luta de classes no país. Portanto, o peso da extrema-direita impacta a luta de classes.

Do mesmo modo, não devemos diminuir nossa mobilização pensando no cenário eleitoral de 2026, porque senão não atuamos e ficamos de espectadores da conjuntura. O governo

tem responsabilidades, e não somente o Congresso; o governo federal não está sequestrado pelo Congresso; a mobilização por mais direitos dos setores populares não favorece a extrema direita. A crise hoje na sociedade brasileira não foi causada por uma instabilidade gerada pela mobilização popular, mas sim por uma crise da continuidade do neoliberalismo, pelos setores da direita e por decisões que o próprio governo cometeu. A autonomia e a independência do movimento são cruciais para que os temas de interesse da classe trabalhadora estejam no centro político. Enquanto funcionalismo, a luta pelo cumprimento dos acordos de greve não pode ter nenhuma exceção; portanto, temos que cobrar Lula, o Executivo e o conjunto do governo sem pestanejar.

A respeito do debate da relação entre o Executivo e o Congresso Nacional, a deliberação do Congresso do ANDES de pressionar o Congresso e o Executivo acerca da LOA não exime a responsabilidade do governo, mas é necessário priorizar o Congresso nas próximas semanas de mobilização. Contudo, o aprofundamento da luta política de pressão sobre o Congresso é relevante. A correlação de forças no Congresso Nacional é a expressão da extrema direita e da direita tradicional no Brasil em suas diversas matizes. Por exemplo, o termo "Centrão", que acabou sendo divulgado nos espaços da militância, é profundamente equivocado, um termo midiático que tenta colocar que existe uma esquerda e uma direita dentro do Congresso Nacional, e que o Centrão é fisiológico, a extrema-direita é ideológica e a esquerda luta por direitos sociais. Na complexidade do cenário, ainda mais de polarização, não existe propriamente um "Centrão", mas sim uma "direitona" com suas diversas matizes. Não é à toa que figuras do Congresso Nacional, como Arthur Lira e Eduardo Cunha, entre outros, precisam ser expoentes da provocação reacionária: da exploração mineral em terras indígenas, do estatuto da família, do nascituro e tudo mais, porque hoje eles são expressão da extrema-direita. O Congresso tem um peso na última década, tanto no trâmite do Legislativo, na relação de solapar o presidencialismo de colisão, quanto do ponto de vista do orçamento. Em 2023, foram 46 bilhões para emenda parlamentar; em 2024, foram 53 bilhões, enquanto o governo tinha a possibilidade de gastar 65 bilhões com relação às verbas discricionárias; esse peso do Congresso se dá por toda uma reformatação mais à direita do Estado brasileiro.

Analizar a pressão sobre o Congresso é uma alteração qualitativa, porque o sindicalismo do funcionalismo público trata da reivindicação e da luta em relação ao Executivo e seus ministérios. A cobrança à patronal não é diretamente ao Parlamento. Todavia, a

conjuntura exige, por exemplo, que durante o período da greve seja importante para o nosso calendário de mobilização pressionar o Congresso, assim como o apoio de parlamentares no processo, tanto em rede social, na produção de “carômetro”, na recepção no aeroporto e na pressão em suas bases eleitorais.

Do ponto de vista do movimento, iniciativas da luta contra a jornada 6x1, a taxação de grandes fortunas, a redução do preço dos alimentos, o reajuste do Bolsa Família e o investimento em saúde e educação são importantes. A defesa da educação pública de qualidade e a necessidade de a universidade enfrentar a austeridade fiscal e os juros altos são fundamentais. A aprovação da LOA em março e o reajuste salarial nos meses seguintes são cruciais. Mas, pelo plano de contenção da atualização do arcabouço fiscal do "pacotão" de Haddad de novembro, podemos ter uma situação em que o conjunto das instituições federais de ensino não consiga operar por causa da restrição orçamentária. Logo, o enfrentamento em relação ao governo para conseguir manter as pautas do conjunto dos interesses populares da classe trabalhadora e dos setores da educação é necessário.

4. Cumprimento do Acordo de Greve (LOA, Reajuste, GTs e outros pontos do acordo)

Informes

O levantamento do andamento da efetivação do acordo apresenta um quadro diverso, a situação pós-acordo foi detalhada na Circular 027/2025 de janeiro. As ações futuras se concentrarão em garantir a plena efetivação de todos os itens do acordo, assegurando no mínimo 9% para todos os cargos e categorias do Serviço Público Federal. Além do nosso acordo, a Medida Provisória (MP) publicada em 31 de dezembro, trouxe parcialmente os aspectos do conteúdo dos mais de 45 acordos. No entanto, é importante ressaltar que a MP não se concentra apenas nos acordos firmados. No caso do magistério federal a MP apresenta a alteração na estrutura da carreira, com a aglutinação das três classes iniciais do magistério superior e do magistério EBTT.

Durante o mês de fevereiro, fizemos movimentações para procurar parlamentares e formalizar o pedido de modificação na nomenclatura dessas classes com emendas à MP. Além disso, em conjunto com outras entidades do FONASFE, solicitamos supressões,

sendo a principal delas referente ao item que prevê o Sistema de Desenvolvimento na Carreira (SIDEC). Entende-se que esse ponto precisa de amadurecimento e diálogo para avançar no processo de um sistema de desenvolvimento na carreira mais amplo, e não foi discutida com as entidades das(os) servidoras(es). A MP traz elementos que se relacionam diretamente com a sistematização do processo de progressão e promoção para o conjunto das(os) servidoras(es) públicas(os). Há um prazo de 90 dias para a aprovação da MP, que impactará diretamente essa discussão, inclusive em relação à Lei Orçamentária Anual (LOA).

Na referida circular, em seu anexo, consta um quadro com os itens do acordo. Além da reestruturação da carreira, que altera a estrutura anterior com a diminuição do número de classes, especialmente no ingresso, mudança resultante da assinatura do acordo de greve no final de junho. Contudo, a consequência específica desse item ocorreu apenas em 31 de dezembro, mais de seis meses depois. O acordo de greve, concentra grande parte dos itens acordados com outras entidades de educação, estabeleceu a instituição de Grupos de Trabalho (GTs), cujo andamento tem sido informado regularmente. O primeiro GT, instituído pela portaria 750, cumpriu um item imediato da revogação da Portaria 983, e estabeleceu regras transitórias importantes para os EBTTs, como a redução da carga horária mínima em sala de aula de 12 para 10 horas.

A portaria 750, além de estabelecer a regulação transitória, instituiu um grupo de trabalho para tratar de um substitutivo permanente para a Portaria 983. A composição desse GT envolveu entidades sindicais e representativas dos EBTTs da rede federal às universidades, com direito a representação e suplente. Esse GT trabalhou desde setembro até 7 de janeiro, quando fechou a proposta de minuta do substitutivo em definitivo, que atualmente tramita no MEC. O governo foi questionado recentemente sobre a previsão de publicação. Entre os itens importantes da minuta em análise está a redução da carga horária para 8 horas, de forma isonômica com o magistério superior. Essa conquista foi resultado dos debates e da atuação das entidades, reafirmada em nosso CONAD Extraordinário de Carreira, apesar da resistência inicial de outras entidades. Outra questão importante é a regulação definitiva da possibilidade de alocação de carga horária para atividade sindical para os EBTTs da rede federal, um ponto bastante disputado no GT. Houve divergências sobre o estabelecimento de um mínimo de duas horas na portaria,

sendo que a posição contrária prevaleceu para não prejudicar entidades que já praticam cargas horárias maiores.

Um aspecto negativo foi a inclusão da inovação e da internacionalização como itens para alocação específica de carga horária, devido à concepção atrelada ao marco da ciência e tecnologia. A defesa era de que esses temas seriam contemplados na relação ensino, pesquisa e extensão. O GT encerrou e aguarda-se a publicação (OBS: Publicação realizada posterior a reunião do setor).

O segundo GT, com apenas duas reuniões, gera maior preocupação por concentrar muitos pontos importantes que precisam ser debatidos e regulamentados pelo MEC nesse processo, como os parâmetros para reposicionamento e reenquadramento das(os) aposentadas(os), e a entrada lateral. Em relação às questões que envolvem aposentadoria, no caso dos EBTTs, o governo cumpriu o compromisso de não recorrer das ações judiciais, o que representa um ganho financeiro significativo para muitas(os) aposentadas(os) que lutaram pelo reconhecimento do RSC equivalente. Isso está diretamente ligado ao reposicionamento das(os) aposentadas(os) na carreira, um direito que não possuíam antes.

Sobre a entrada lateral, essa demanda foi levada ao Fonasefe para fortalecer o debate no GT, pois não é uma questão exclusiva do magistério. Discute-se a efetivação da entrada lateral, um item do acordo de greve que permitiria a manutenção da trajetória profissional em um novo ingresso no serviço público. Essa questão, não prevista na Lei 12.772, foi levada ao FONASFE e incluída na pauta geral das(os) servidoras(es) públicas(os), podendo auxiliar na construção da regulamentação no GT específico. Assim como, o GT tratará sobre IN 15/2022 que restringe o direito ao adicional de insalubridade realizado durante o governo Bolsonaro.

O GT sobre esse tema teve sua primeira reunião em 23 de outubro, muitos meses após a assinatura do acordo, e nessa reunião houve apenas uma apresentação inicial do funcionamento. A nova reunião desse importante Grupo de Trabalho (GT) ocorreu apenas recentemente, no dia 13 de fevereiro. A percepção é que essa demora pode ter ocorrido devido à expectativa em relação à Medida Provisória (MP). Em linhas gerais, a visualização do cenário pós-acordo, após cerca de oito meses da sua assinatura, aponta para o cumprimento de alguns pontos, mas com pendências fundamentais, por exemplo, do reajuste salarial que precisa da aprovação da LOA para seu prosseguimento.

Textos de Resoluções e Iniciativas do Setor das Federais

Após a aprovação de nossas resoluções no Congresso de Vitória, diversas ações foram colocadas em curso, algumas já realizadas e outras propostas para avaliação do setor. O primeiro tema central é a retomada das reuniões com a FASUBRA e o SINASEFE. Essas reuniões conjuntas, que têm ocorrido na sede do ANDES-SN, já resultaram em iniciativas como a preparação de uma publicação conjunta para pressionar a Casa Civil pela publicação da edição que modifica a IN 1590. Além disso, foi protocolado um ofício à Presidência da República buscando informações sobre a retenção dessa publicação. A intervenção no FONASEFE, durante a reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente, também foi preparada em conjunto com as entidades da educação, com uma proposta de calendário de lutas.

A principal proposta em discussão para essa reunião do Setor é uma jornada de lutas entre 10 e 12 de março com indicativo de paralisação e ato em Brasília no dia 11, e possibilidade de ampliação para os dias 13 e 14. Essa jornada incluiria a pressão pela aprovação da LOA, pela publicação da modificação do Decreto 1590/1995, pela publicação da minuta substitutiva da Portaria 983 e pela inclusão da pauta sobre entrada lateral, adicional de insalubridade e reenquadramento no GT específico. Nas próximas semanas, propomos a pressão nos gabinetes locais dos parlamentares. Na semana da mobilização, ações nos aeroportos de Brasília e de outras cidades também estão sendo consideradas, além do acompanhamento da votação da LOA.

Em relação ao FONASEFE, a participação conjunta de representantes na apresentação foi uma articulação das três entidades para preparar essa jornada de lutas. A proposta foi apresentada ao Fórum, as entidades da educação estão avaliando a possibilidade da mobilização conjunta. A paralisação no dia 11, uma terça-feira considerada um dia importante no Congresso, visa não apenas a votação da LOA, mas também o boicote ao controle de ponto nos Institutos Federais, Cefets e aos colégios de aplicação da base, em conjunto com o Sinasefe que representa a maior parte da carreira EBTT.

Além disso, a pauta da jornada de lutas incluirá a aprovação das emendas parlamentares à MP 1286, considerada por entidades e analistas como uma “minirreforma administrativa”. Há preocupações específicas com um artigo que poderia incluir as

carreiras em um sistema de desenvolvimento meritocrático e produtivista (SIDEC), do qual atualmente as entidades da educação estão excluídas por possuírem normativa própria. Propõe-se a supressão desse item, bem como da exigência de doutorado para ascender à classe C (associado/D4).

O centro da pressão pelo cumprimento do acordo é a jornada de lutas, com a expectativa de resultados como a aprovação da LOA e o atendimento da pauta. Caso não haja avanços significativos até o final de março e início de abril, propõe-se uma rodada de assembleias nas seções sindicais para discutir um calendário de lutas mais intenso, incluindo a avaliação da necessidade de greve. Uma nova reunião do setor entre 11 e 13 de abril é proposta para definir as ações diante desse cenário.

Outro ponto importante do cumprimento do acordo, é a padronização das regras nacionais e uniformes para progressão e promoção na carreira, uma conquista da greve contra a Instrução Normativa 66. Avaliações jurídicas da CGU, do MEC e da assessoria jurídica do sindicato confirmam avanços nesse sentido, como o entendimento de que o direito à progressão e promoção é contado a partir do cumprimento do interstício. Também se estabeleceu o direito à progressão múltipla para quem perdeu prazos. A barreira agora está nas reitorias e suas CPPDs, sendo necessária pressão para que revisem suas regras e incorporem essa compreensão. Propõe-se uma ação articulada nacionalmente, com a divulgação dos textos das circulares anteriores, um levantamento das instituições que ainda não revisaram as regras e a elaboração de um documento com um passo a passo para as seções sindicais pressionarem suas CPPDs, com o apoio da assessoria jurídica nacional, o objetivo é realizar um levantamento atualizado das universidades que já implementaram os novos procedimentos, daquelas que ainda não o fizeram e das que realizaram atualizações parciais. Além disso, será encaminhado um passo a passo, juntamente com uma minuta e uma proposta de minuta, para cada seção sindical.

Em relação à carreira, o ANDES-SN organiza debates e divulgando as novas deliberações em publicação. Incentiva-se as seções sindicais a realizarem novos debates, com a possibilidade de participação do GT Carreira. Sobre o RSC, propõe-se um painel conjunto com o GT Carreira durante a reunião conjunta do setor de 11 a 13 de abril para acumular propostas e elaborar uma resolução para o próximo evento deliberativo.

Nas resoluções, consta uma série de itens relacionados à denúncia do novo arcabouço fiscal, do tripé econômico, da desvinculação dos mínimos constitucionais, da luta contra

a restrição dos concursos e o possível bloqueio salarial em 2027, e contra medidas infralegais que adiantam a reforma administrativa. Esses temas serão pauta permanente nas próximas reuniões do setor, seminários de formação e publicações do sindicato, com acompanhamento da assessoria parlamentar.

Por fim, propõe-se aprofundar o estudo sobre as condições de trabalho no contexto do subfinanciamento das instituições. A ideia é atualizar um estudo do DIEESE sobre o financiamento das universidades e realizar um levantamento das condições de trabalho nas instituições, com informes, fotos e vídeos a serem apresentados na próxima reunião do setor. Propomos para a próxima reunião do setor, uma deliberação sobre a construção de um painel e a análise da infraestrutura. Nesse sentido, solicita-se que cada seção apresente um informe detalhado sobre a realidade da infraestrutura em sua respectiva instituição, pois essa é a principal fonte de informação. Esse material seria utilizado para atualizar o dossiê sobre as condições de trabalho e divulgado nacionalmente.

Entre as últimas resoluções sobre as intervenções e a luta contra a lista tríplice. A proposta é que, entre esta reunião do setor e a próxima, seja feita uma atualização da situação das poucas instituições que ainda se encontram sob intervenção. O objetivo é pautar, na próxima reunião do setor, as ações concretas que podem ser tomadas na luta contra a lista tríplice. Esse é o conjunto de propostas apresentado pela coordenação do setor.

Por fim, sugere-se que a próxima reunião do setor seja realizada na cidade do Rio de Janeiro, o que também se relaciona com os companheiros do Cefet-RJ, e com a luta contra o ponto eletrônico para a categoria EBTT.

ASPECTOS DISCUTIDOS NO PLENÁRIO.

- A paralisação das progressões e promoções relacionada ao Documento do MGI é vista como uma instrumentalização por parte das reitorias, para reter progressões, a orientação é agir prontamente visto que a única recomendação existente não se refere ao reajuste manual dos salários. Os efeitos financeiros da Medida Provisória (MP) estão condicionados à aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA). Portanto, há uma orientação para que as reitorias não realizem o reajuste salarial conforme indicado na MP até a aprovação da LOA. Será realizado um levantamento para identificar essas situações, e o parecer jurídico sobre a nova situação da carreira após a aglutinação, já publicado como anexo da Circular 027/2025, será republicado e amplamente divulgado.

- No que concerne ao critério de reenquadramento e reposicionamento das(os) aposentadas(os), existe um parecer jurídico da AJN sobre o tema do reenquadramento. A resolução estabelece o recálculo da posição em relação ao topo da carreira na época da aposentadoria. Por exemplo, o Adjunto 4, que representava o topo da carreira naquele período, deve ser o parâmetro para o reposicionamento das(os) aposentadas(os) que atingiram esse nível, garantindo que permaneçam no topo da carreira atual. Essa é a posição histórica do sindicato, defendida na última reunião do GT e que continuará sendo defendida. A alegação do governo é a dificuldade orçamentária, mas cobramos a apresentação de dados que comprovem essa alegação, dados esses que o governo prometeu apresentar no início do ano e ainda não o fez. O tema do reposicionamento será colocado como prioridade e integrará a pauta da jornada de lutas prevista para 10 a 12 de março.

- As formas de combate ao controle de frequência da Categoria EBTT e a possibilidade de boicote ao ponto eletrônico nas Instituições que a realizam. A posição da delegação da ADCEFET-RJ foi que o setor indicasse a campanha de boicote ao controle de frequência, no debate foi apresentado que não temos deliberações do conjunto das bases em que as Instituições que controlam a frequência, bem como, que a resolução do Congresso estabeleceu a campanha com uma das possibilidades a serem construídas.

- Foi apresentado a proposta e criação de uma comissão de assuntos parlamentares para a mobilização da LOA, no debate foi apresentado que o setor das federais não é a instância de criações de comissão, que se trata de matéria congressional. Sobretudo, considerando a necessidade de convocação da comissão nacional de mobilização para a semana do dia 10 a 14/03 com financiamento do caixa único nacional.

5. Encaminhamentos

- Proposta de jornada de lutas sobre acordo de greve para 10 a 14 de março.
- Dia 11 de março: Paralisação nacional e boicote ao controle de ponto na Categoria EBTT.

- Proposta de atividades para a semana: recepção em aeroportos; visita a gabinetes de parlamentares; reuniões com lideranças; ato público em data de votação da LOA.
- Meta da jornada: aprovação da LOA 2025 (Lei Orçamentária Anual) para garantir o reajuste salarial; pressionar para funcionamento do Grupo de Trabalho sobre Insalubridade / Entrada Lateral / Repositionamento (exigência do Cronograma de Funcionamento do GT); imediata publicação da alteração do Decreto 1590/1995 pela Casa Civil; Publicação da Minuta substitutiva da Portaria nº 983 com Regulamentação da Categoria EBTT.
- Coordenação do setor encomendar atualização de estudo sobre financiamento com o DIEESE.
- Divulgar circular pedindo para que cada seção sindical realize levantamento das condições de trabalho e o impacto do subfinanciamento no cotidiano das instituições e da atividade docente.
- Realizar painel especial com informe detalhado e qualificado de cada seção sindical focado apenas em condições de trabalho e financiamento.
- Receber, na próxima reunião do setor, informes detalhados sobre condições de trabalho e financiamento para preparar atualização de Dossiê sobre Precarização das instituições e condições de trabalho.
- Coordenação realizar levantamento, via circular, sobre situação de intervenções e os impactos que permanecem nas instituições que sofreram intervenção no passado.
- Coordenação realizar levantamento sobre situação de progressões e promoções nas instituições buscando identificar: se houve revisão das regras ou não; qual foi a resposta de gestões e reitorias a provocações das seções sindicais para que as regras sejam revisadas a partir das conquistas de greves.
- Coordenação publicar circular comunicando que AJN está disponível para subsidiar discussões sobre a revisão das regras para progressões e promoções.
- Realizar na próxima reunião do setor painel sobre universidades virtuais e EaD.
- Buscar retomada das reuniões semanais com FASUBRA e SINASEFE.

- Avançar na articulação com o FONASEFE para pressionar pelo cumprimento dos acordos.